

Sociedade

Doentes de risco podem ficar atrás de idosos saudáveis na vacinação

Alexandra Campos

Nos dois primeiros dias de auto-agendamento para vacinação a partir dos 65 anos houve mais de 120 mil inscrições

As pessoas com doenças de maior risco associado a covid-19 – como cancro activo, VIH/sida, esquizofrenia, paralisia cerebral, transplantadas – devem ser vacinadas na segunda fase da campanha de vacinação que já está em curso ao mesmo tempo que os cidadãos saudáveis a partir dos 65 anos, mas correm o risco de ficar para trás.

A questão é simples: enquanto a vacinação das pessoas a partir dos 65 anos, por faixas etárias decrescentes, já arrancou e até foi criada uma plataforma informática que permite o auto-agendamento de forma a acelerar a operação, a convocatória dos doentes de maior risco associado à covid-19 é um processo mais complexo e demorado, uma vez que tem de ser feito pelos centros de saúde. E se a maior parte destas doenças está codificada pelos médicos de família, algumas não estão e há também doentes que são seguidos nos hospitais ou fora do Serviço Nacional de Saúde, por médicos privados, que terão de os inscrever através da PEM (prescrição electrónica de medicamentos).

Nesta segunda fase da campanha, a *task force* (grupo de trabalho) que gere o plano de vacinação decidiu começar a vacinar as pessoas a partir dos 65 anos por faixas etárias decrescentes, argumentando que só desta forma será possível assegurar a campanha de vacinação em massa, numa altura em que se passa de uma fase de escassez de vacinas para outra em que estas já chegam em grande número.

Em simultâneo, a Direcção-Geral da Saúde (DGS) actualizou a lista de patologias mais graves, estipulando agora que estes doentes fossem vacinados independentemente da sua idade (até aos 16 anos), de forma que não fossem ultrapassados por indivíduos mais velhos e saudáveis. Um exemplo: um transplantado com 30 anos deve ser vacinado depois de uma pessoa saudável com 65 anos?

No plano de vacinação que foi actualizado esta semana, explica-se que a vacinação dos doentes de risco e a vacinação por faixas etárias decrescentes vão decorrer em simultâneo, em dois ramos paralelos. Mas a *task force* teme que seja arriscado misturar os doentes com os idosos

saudáveis nos centros de vacinação em massa, onde se pretende inocular, já a partir de Maio, uma média de cem mil pessoas por dia. Por isso mesmo, está a ser equacionada a hipótese de vacinar nos hospitais o grupo dos doentes de maior risco.

O certo é que a vacinação pelo critério da idade já está em curso e vai de vento em popa. Esta semana, estavam já a ser inoculadas com a primeira dose as pessoas entre os 75 e os 70

anos e na sexta-feira, para agilizar ainda mais a operação, entrou em funcionamento uma plataforma informática que permite às pessoas a partir dos 65 auto-agendar a sua vacinação, escolhendo o local e a data.

Procura elevada

Mas a procura pelo auto-agendamento foi tão elevada – 120 mil inscrições até às 18h de ontem – que em alguns pontos do país, como o Porto e con-

Na próxima semana, vai começar a ser administrada a vacina da Johnson & Johnson, que é de dose única



Nesta segunda fase, a *task force* decidiu começar a vacinar pessoas a partir dos 65 anos por faixas etárias

Vacinação no ensino superior

Reitores pedem a Marta Temido que ponha fim a “discriminação”

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) voltou a reclamar, numa exposição enviada à ministra da Saúde, a inclusão dos professores e funcionários do ensino superior nos grupos prioritários de vacinação contra a covid-19, alegando que “não pode contemporizar perante uma decisão iníqua e discriminatória”.

“Depois de se ter procedido à vacinação de quase 280 mil docentes e funcionários das creches até ao ensino secundário, não se percebe a discriminação feita aos seus colegas do ensino superior, cujo risco de contágio em ambiente laboral é igual ou até mais elevado”, defende António Sou-

sa Pereira, que é médico, na exposição enviada a Marta Temido.

Em causa estão “cerca de 35 mil docentes” e “15 mil funcionários” que “não vão desvirtuar o plano de vacinação nem atrasar a imunização dos grupos de risco”. Na exposição, Sousa Pereira sublinha que a decisão de excluir os docentes e funcionários deste grau de ensino “contradiz a própria norma da DGS [Direcção-Geral da Saúde] sobre o processo de vacinação”, a qual “identifica os profissionais de estabelecimento de educação e ensino” como “um dos grupos prioritários de vacinação para preservação da resiliência do Estado”. Argumenta ainda que não há “razões

científicas que sustentem a discriminação”, uma vez que “foi precisamente ao nível do ensino superior que se detectaram, em Portugal, os mais numerosos surtos de covid-19 em contexto escolar” e porque “há uma grande proximidade diária” entre docentes e estudantes, “em particular nas aulas práticas, que muitas vezes decorrem em laboratórios ou ateliers



Em causa estão “cerca de 35 mil docentes” e “15 mil funcionários”, explica o presidente do CRUP

celhos limítrofes (Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Gondomar), além de Braga, Guimarães e Bragança, já não havia vagas ontem, e quem não quisesse escolher outros centros de vacinação ainda com datas disponíveis era obrigado a ficar em lista de espera.

Este problema foi desdramatizado pelo presidente dos SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, o organismo que desenvolveu a plataforma informática), Luís Goes Pinheiro, que explicou que quem não tiver vaga tem sempre duas hipóteses: ou escolhe outro centro de vacinação, ou opta por ficar em lista de espera. Em entrevista à RTP3, Goes Pinheiro adiantou que “a expectativa” é a de que as pessoas em lista de espera tenham a vacinação agendada “neste fim-de-semana”, e lembrou que a convocatória convencional decorre em simultâneo.

Pelas contas do presidente da SPMS, a partir dos 65 anos, e descontando todas as pessoas que já foram vacinadas por outros motivos, faltará imunizar “entre 600 e 700 mil”. Mas Goes Pinheiro está tão optimista que adiantou que, se o processo de auto-agendamento abrandar, será alargada a possibilidade à faixa etária entre os 50 e os 64 anos.

Na próxima semana, vai começar a ser administrada a vacina da Johnson & Johnson, que é de dose única. Falta apenas ser publicada a norma da DGS sobre esta vacina, a quarta disponível em Portugal (além das da Pfizer, da Moderna e da Astra-Zeneca).

de exíguas dimensões”. E conclui que a vacinação contribuiria para garantir “uma muito maior segurança sanitária que falta para concluir o ano lectivo de 2020-21, em particular durante o processo de avaliações, predominantemente presenciais”.

O presidente do CRUP já tinha responsabilizado o ministro da Ciência e Ensino Superior por esta exclusão, em declarações ao PÚBLICO. No mês passado, o ministro Manuel Heitor afirmou que professores do ensino superior “não deviam passar outras prioridades” de vacinação e, esta semana, voltou ao assunto, classificando a exigência dos docentes de “intrigas corporativistas”.